

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

FERNANDA LEONARDI FAVALESSA

**A SEXUALIDADE FEMININA SOB A ÓTICA DA
PROSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE FEMINISTA
DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL**

VITÓRIA
2019

FERNANDA LEONARDI FAVALESSA

**A SEXUALIDADE FEMININA SOB A ÓTICA DA
PROSTITUIÇÃO: UMA ANÁLISE FEMINISTA
DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito.
Orientador: Professor Doutor André Filipe Pereira Reid Santos.

VITÓRIA

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu professor orientador, Professor Doutor André Filipe Pereira Reid Santos, pelo empenho que dedicou a minha pesquisa, sempre me indicando novas leituras para enriquecer o presente trabalho de forma fundamental. Todas as reflexões que juntos realizamos desde meu 4º período possibilitaram que esse trabalho tomasse forma.

A toda minha família, por todo o suporte emocional e apoio incondicional que proporcionaram durante todo o curso de Direito.

Meus agradecimentos aos meus amigos, Emanuel Pepino e Rafael Hygino, em especial, por terem me ajudado a construir o presente trabalho desde sua base com suas contribuições extremamente importantes. Ainda, à Sabrina Lozer, Carolina Ramos e Guilherme Delpuppo, amigos que disponibilizaram seu tempo para ler e comentar esse trabalho já em seus momentos finais.

Gostaria também de agradecer ao meu grande amigo Gustavo Martins, que me fazia companhia todas as noites na FDV e sempre foi alguém que eu podia contar em qualquer hipótese, principalmente para discutir as intempéries da vida.

Também gostaria de deixar um agradecimento a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, como pessoa e como bacharel de Direito.

RESUMO

O presente estudo busca realizar reflexões sobre os mecanismos sociais, ideológicos, históricos e políticos que acercam o fenômeno social da prostituição e do sexo. Buscou-se aqui solucionar a seguinte questão: A partir da construção feminista e histórica sobre a sexualidade feminina, como os direitos sexuais femininos são compreendidos pelas prostitutas através do exercício do meretrício? Traça-se, primeiro, o debate feminista específico sobre a sexualidade feminina e a indústria do sexo, do meretrício e da pornografia, por meio das duas correntes, a pró-sexo e a puritana social. Considera-se, em seguida, a construção da ideologia do sexo, da prostituição e o desenvolvimento do feminismo no Brasil por meio da análise sociológica, histórica e política, desde a Proclamação da República até os dias atuais, abordando brevemente o contexto social anterior. Por fim, é abordada a perspectiva das próprias prostitutas sobre o exercício da sua sexualidade dentro da prostituição, por meio do estudo dos livros “Eu, mulher da Vida” da Gabriela Leite (1992) e “O doce veneno do Escorpião: O diário de uma garota de programa” da Bruna Surfistinha (2005), em busca de aproximar os comentários realizados com as correntes feministas e ainda com o contexto histórico e sociológico brasileiro. O método utilizado é o dialético, por buscar estudar todos os aspectos do fenômeno, para interpretação dinâmica do fato social. Já o procedimento metodológico será o levantamento bibliográfico e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Sexualidade. Prostituição. Feminismo.

ABSTRACT

The present study seeks to make reflections on the social, ideological, historical and political mechanisms that approach the social phenomenon of prostitution and sex. The aim here was to solve the following question: From the feminist and historical construction of female sexuality, how are female sexual rights understood by prostitutes through the exercise of harlotry? First, I outline the specific feminist debate about female sexuality and the sex industry, prostitution and pornography through the two main currents formed, the pro-sex and the puritan-social. Then, I consider the construction of the ideology of sex, prostitution and the development of feminism in Brazil through sociological, historical and political analysis, from the Proclamation of the Republic to the present day, briefly addressing the previous social context. Finally, the perspective of the prostitutes themselves on the exercise of their sexuality within prostitution is approached through the study of the books "Eu, Mulher da Vida" by Gabriela Leite (1992) and "O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa" by Bruna Surfistinha (2005), seeking to approximate the comments made with the feminist currents and also with the Brazilian historical and sociological context. The method used is the dialectic, as it seeks to study all aspects of the phenomenon, for dynamic interpretation of the social fact. The methodological procedure will be the bibliographic survey and the content analysis.

Keywords: Sexuality. Prostitution. Feminism.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	06
1 O ERÓTICO, O MERETRÍCIO E O FEMINISMO	08
1.1 A SEXUALIDADE COMO FORMA DE OPRESSÃO	09
1.2 A SEXUALIDADE COMO FORMA DE EMPODERAMENTO	14
2 CULTURA E HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL	22
2.1 1889 A 1930: A SACRALIZAÇÃO DA DONA DE CASA	24
2.2 DÉCADA DE 60 E 70: O FEMINISMO MARXISTA E A REVOLUÇÃO CULTURAL	27
2.3 DOS ANOS 80 A ATUALMENTE: A CRÍTICA A ESFERA PRIVADA ..	29
3 A COMPREENSÃO DAS MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito se escuta dizer que a prostituição é uma das profissões mais antigas. De fato, não se sabe quando tal fenômeno surgiu ou onde. No entanto, uma análise cuidadosa do meretrício constata que ele irá ter como base a desigualdade não só de gênero, mas socioeconômicas, étnico-raciais e geracionais (FIGUEIREDO, PEIXOTO, 2010, p. 197). A forma como essas bases se organizam irá mudar conforme o espectro espaço-temporal adotado.

Para além do senso comum, a definição da prostituição, bem como de todo o mercado do sexo, prescinde de um conceito restrito, comportando dentro de si uma variedade de comportamentos e situações de exploração. Portanto, para compreender a prostituição deve-se antes observar o mecanismo ideológico que a cerca, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da noção de sexualidade ao longo do tempo. Buscou-se aqui solucionar a seguinte questão: A partir da construção feminista e histórica sobre a sexualidade feminina, como os direitos sexuais femininos são compreendidos pelas prostitutas através do exercício do meretrício?

Dessa forma, o presente texto traz reflexões sobre os mecanismos que acercam o fenômeno da prostituição e da sexualidade, seja ideológicos, históricos ou políticos. No entanto, inicialmente, será analisado o debate feminista sobre o meretrício por meio de suas principais correntes, a que compreende o sexo como forma de dominar e a que entende pela capacidade de empoderar da sexualidade. O debate feminista teve como pano de fundo os Estados-Unidos nas décadas de 70 e 80, sendo que uma aplicação para a atualidade deve observar as mudanças que houveram com o ingresso na chamada pós-modernidade e, ainda, observar o contexto histórico e sociológico próprio do Brasil.

Portanto, o segundo ponto do capítulo irá fazer um resgate da percepção histórica e política do contexto brasileiro até o presente momento. Será analisado o caminho trilhado pela construção da sexualidade, bem como as correntes feministas preponderantes em cada época. A sociedade e o Direito também serão alvos de

observação, haja vista que nem sempre estão em conjunto com as pretensões feministas, ao contrário, muitas vezes ocupam posição oposta.

Por fim, o terceiro capítulo irá trazer a perspectiva das próprias prostitutas sobre o exercício da sua sexualidade dentro da prostituição, por meio da análise do conteúdo dos livros “Eu, mulher da Vida” de Gabriela Leite (1992) e “O doce veneno do Escorpião: O diário de uma garota de programa” de Bruna Surfistinha (2005). Nesse sentido, buscaremos aproximar os comentários realizados em ambas biografias com as correntes feministas e ainda com o contexto histórico e sociológico brasileiro em busca de resolver o problema de pesquisa.

O presente trabalho então se utiliza do método dialético. Tal metodologia se funda na análise das coisas não como objeto invariável, mas em movimento e num contínuo processo de transformação a partir da oposição com a sua antítese. O método dialético se utiliza da contradição presente na natureza e na sociedade que leva a mudança do objeto e fenômeno em algo totalmente diferente do inicial.

No que tange ao procedimento metodológico, será utilizado o levantamento bibliográfico nos primeiros dois pontos desse trabalho e a análise de conteúdo no terceiro capítulo. Utilizaremos da análise de conteúdo visto que essa compreende que a mensagem, seja verbal, gestual ou figurativa, deve ser analisada em conjunto com as condições contextuais dos produtores (MAZIOLI, 2019, p. 38), que é o intuito do presente trabalho.

1 O ERÓTICO, O MERETRÍCIO E O FEMINISMO

Em meio ao paradigma da modernidade ocidental, a prostituição pode ser analisada principalmente a partir de seu caráter sexista, uma vez que, apesar de existir homens prostitutas, a maior parte de quem trabalha com o meretrício é feminina e, pelo outro lado, o público é composto majoritariamente por homens. Dessa forma, mesmo com a importância cada vez maior que a indústria do sexo vem relegando ao prazer feminino, percebe-se que ainda está dentro de um contexto patriarcalista.

Por sua vez, o feminismo, como método científico, trata de explorar exatamente a sexualidade como norte de suas discussões. MacKinnon (2016, p. 818) teoriza a sexualidade como o ponto social primário do poder patriarcal e, portanto, o feminismo é uma teoria política determinista focada na sexualidade, por todas as suas formas de expressão. A prostituição então, por estar intrinsecamente ligada ao sexo, também foi alvo do debate feminista.

Toda a discussão feminista partiu inicialmente do ponto de vista econômico, da pressão econômica que fazia a mulher se sujeitar a prostituição. No entanto, em seu auge, momento em que também houve um maior questionamento da própria sexualidade feminina em si, nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos, as feministas se dividiram em dois grupos distintos: as feministas pró-sexo e as anti-pornografia ou puritanas sociais.

Cabe ainda ressaltar que esse debate ocorreu em meio a uma repressão por parte dos grupos religiosos que não só condenavam a sexualidade, mas também buscavam incentivar o retorno da mulher à esfera privada. Tal postura foi uma reação às conquistas feministas e também à revolução sexual que ocorria por meio da expansão da cultura hippie.

Em meio a essa dicotomia que a sociedade americana enfrentava as feministas também diferiam sobre como a sexualidade feminina estava inserida dentro da estrutura patriarcal e, portanto, como deveria ser entendido e tratado o meretrício. Assim, para algumas teóricas, o pilar de sustentação do patriarcado é a capacidade

reprodutiva das fêmeas, como será defendido por Carole Pateman, Andrea Dworkin, Catherine MacKinnon e Robin Morgan. Já para outras a própria sexualidade será a resposta, ainda a ser explorada, conforme apresenta Carole Vance, Gayle Rubin e Beatriz Preciado.

1.1 A SEXUALIDADE COMO FORMA DE OPRESSÃO

Inicialmente, na década de 70, as feministas norte-americanas que produziram obras e estudos científicos sobre a liberdade sexual e a prostituição tem uma visão contrária à indústria do sexo. O chamado feminismo anti-pornografia ou feminismo puritano-social foi influenciado diretamente pela política americana do *New Right*, pelo feminismo radical e também pelo movimento lésbico.

Talvez por estar em uma de suas principais bases o movimento lésbico, é possível observar uma vasta crítica à relação heterossexual, pois esta não era compreendida como um relacionamento seguro para o desenvolvimento da sexualidade. Inclusive, muitas autoras confundiram suas críticas à prostituição com a questão de gênero e sexualidade de forma que a heterossexualidade seria a fundação da dominação sexual masculina e, conseqüentemente, da submissão feminina (PISCITELLI, 2005, p.18).

Nesse sentido, Vance (1984, p.1), ao criticar a referida corrente, define as teóricas do puritanismo social como extremamente protecionistas que restringiam o espaço sexual feminino, ao tentarem assegurar a mulher da luxúria masculina, aflorando a concepção de uma sexualidade feminina muda. Dentre as várias teorias produzidas nessa corrente, destacaremos os entendimentos de Carole Pateman, Andrea Dworkin, Catherine MacKinnon e Robin Morgan.

Carole Pateman é conhecida por sua obra “O contrato sexual”, em que apresenta o contrato sexual como forma de dominação masculina sobre as mulheres, pois era por meio desse que os homens afirmam a sua masculinidade (PATERMAN, 1993, p. 303). Tal contrato tem como base a diferença entre o masculino e o feminino, que se

tornou uma diferença política entre liberdade e subordinação por causa da construção patriarcal.

De certa forma inspirada na teoria do contrato social de Rousseau, para a autora, os homens buscam reconhecer o seu status de dono (da sexualidade) da mulher por meio do controle nas mais diversas manifestações de feminilidade, como o casamento, a maternidade, a prostituição, a pornografia e até mesmo a barriga de aluguel¹. Apesar disso, “nas relações entre os sexos, a afirmação inequívoca é obtida pelo engajamento no ‘ato sexual’” (PATERMAN, 1993, 303), por isso haveria tanta ingerência do patriarcalismo na liberdade sexual feminina.

A prostituição serviria, então, para lembrar “continuamente aos homens – e às mulheres- que os homens exercem a lei patriarcal do direito sexual masculino, e de acesso aos corpos das mulheres” (PATERMAN, 1993, 292). O meretrício não somente tem o propósito de satisfação sexual masculina, mas ainda assegura que o homem possa comprar o ato sexual de forma a exercer o que a autora chama de capitalismo patriarcal.

O capitalismo patriarcal se manifesta

Quando os corpos das mulheres estão à venda como mercadoria no mercado capitalista, os termos do contrato original não podem ser esquecidos; a lei do direito sexual masculino é afirmada publicamente, e os homens recebem um reconhecimento público enquanto senhores sexuais das mulheres. (PATERMAN, 1993, p. 305)

Em que pese a tentativa de aplicação de teorias contratualistas e trabalhistas à prostituição, a autora entende que, apesar do reconhecimento da diferença entre o status da prostituta e o de qualquer outra mulher trabalhadora, é essencial demarcar o motivo da não aceitação da meretriz socialmente. Nesse sentido, observa-se que as prostitutas são comumente encaradas como fonte de sujeira e doenças, visão que não deve ser justificada somente pela “hipocrisia e [pelos] posturas distorcidas em torno das relações sexuais” (PATERMAN, 1993, p. 294), mas também pela atuação do contrato sexual.

¹ Especificamente sobre a barriga de aluguel, Paterman a defende como forma de legitimar o contrato sexual (PATERMAN, 1993, p. 306 a 320).

Ao contrário das outras autoras da corrente feminista puritana-social, Paterman cuida de questionar ainda as razões que levaria uma mulher a prostituir-se, destacando a possibilidade de ganhar mais dinheiro, um maior grau de independência e flexibilidade do trabalho, a facilidade de combinar com o trabalho doméstico e o vício em drogas. Todas essas supostas motivações são relacionadas aos diversos papéis que a prostituição já foi concebida, como de

um mal necessário que protegia às jovens do estupro e protegia o casamento e a família dos desvarios do desejo sexual dos homens; ou como uma consequência lamentável da pobreza e das restrições sociais enfrentadas pelas mulheres que tinham de se sustentar, ou era aceita como não sendo pior, mas mais honesta até, do que a “prostituição legal”, como Mary Wollstonecraft chamou o casamento em 1790. (PATERMAN, 1993, p. 280-281)

Outra autora de destaque nessa corrente é Robin Morgan, uma das grandes autoras do feminismo radical nos Estados Unidos durante os anos 60 e 70. No que tange a discussão acerca da sexualidade, Morgan compreende que a sexualidade feminina e a masculina possuem diferentes aspectos. Enquanto a sexualidade feminina é caracterizada justamente por ser mais afetiva e amorosa, a masculina é promíscua e sem comprometimento emocional.

Nesse sentido, a autora entende que, por sua natureza, a libido masculina acaba reprimindo o desejo sexual das mulheres. A prostituição, por sua vez, seria a aplicação concreta do sexo por sexo, em que não existem amarras sentimentais, aproximando-se da definição da sexualidade masculina. Portanto, para a autora, a problemática do meretrício é que esse reforça o discurso do desejo sexual masculino, anulando e reprimindo a sexualidade feminina.

Da mesma forma que Morgan, a teórica Andrea Dworkin também distingue a sexualidade entre homens e mulheres, de forma que a primeira é marcada por sua natureza compulsiva. Tal característica da luxúria masculina confere uma ligação entre sexualidade e violência. Por óbvio, para a autora, a agressividade será reproduzida nas relações heterossexuais, uma vez que seriam “um estupro, ainda que consentid[o], visto que a [...] vontade [da mulher] está sempre submetida a do homem” (RUBIM, SANTANA, 2012, p.642).

É patente a ligação do discurso lésbico, que ganhou corpo no feminismo durante esse período, com os entendimentos de Morgan e de Dworkin, pois há uma diferenciação entre as sexualidades, demarcando-se a sexualidade masculina como o cerne de toda a questão patriarcal. Em ambas as teorias, observa-se que a relação homossexual é a que garante a mulher o maior nível de empoderamento, justamente pelo afastamento da sexualidade masculina.

Ainda sobre Dworkin, a autora compreende que a prostituição coloca a mulher como objeto, cuja definição é feita pelo uso que o cliente quiser. O meretrício é um sinal do poder patriarcal ao ter como seu cerne a sujeição da prostituta ao seu cliente, ou seja, a posse dos homens sobre as mulheres. Dessa forma, a prostituição “[...] significa para a mulher a aniquilação carnal da vontade e da escolha, mas para o homem mais uma vez significa um aumento de poder, puro e simples”(DWORKIN, 1974, p. 60, tradução nossa)².

Por fim, Catharine MacKinnon utiliza-se de elementos da teoria marxista para compreender o erotismo feminino. Insta observar que tal autora, em que pese o uso da teoria marxista, não se considera como feminista socialista, tendo inclusive desferido múltiplas críticas a esse feminismo por compreender que há uma omissão de pontos essenciais quando se unem as teorias marxistas e feministas.

Ao comparar a sexualidade para o feminismo com o trabalho para o marxismo, MacKinnon compreende que a mulher é um objeto a ser dominado, como indivíduo e como categoria. Da mesma forma que Dworkin e Morgan, MacKinnon compreende que a mulher não tem verdadeiramente um poder de escolha relativo ao sexo, pois a decisão é unicamente tomada pelo homem.

Para a autora, a prostituição e a pornografia seriam um abuso de sexo antes de qualquer outra forma de dominação, visto que

[...] não precisam e não dependem, para sua coercitividade, de formas de imposição que não a sexual; aproxima-se mais da verdade dizer que essas formas de imposição, ao menos nesse contexto, são elas próprias

²Original: “[...] prostitution means for the woman the carnal annihilation of will and choice, but for the man it once again signifies an increase in power, pure and simple.”(DWORKIN, 1974, p. 60)

sexualizadas. Elas não são a erotização de algo além; o próprio erotismo existe em sua forma. Tampouco são perversões da arte e da moralidade. São arte e moralidade do ponto de vista masculino. (MACKINNON, 2016, p. 824)

Portanto para Catharine, o sexo não é libertador para a mulher, a menos que haja uma transformação das próprias normas da sexualidade. Conclui-se então que a prostituição não é, em sua concepção, uma maior expressão da liberdade sexual feminina, mas sim um mecanismo de manutenção da dominação masculina. Assim, a prostituição nada mais faz do que expressar relações, sentimentos, normas e comportamentos da cultura da sexualidade, em que tais coisas fazem parte do potencial de excitar.

Dentre as autoras citadas, é possível perceber que subsistem três pontos principais dessa corrente de pensamento: que a indústria do sexo degrada a mulher enquanto contribui no processo de objetificação; que o mercado do sexo impulsiona a violência contra mulher; e que a prostituição em si é uma violência, não só porque as mulheres são coagidas a tal trabalho, mas porque as trabalhadoras do sexo não são capazes de dar verdadeiramente seu consentimento nas práticas sexuais. Para as puritanas-sociais, a solução para a violência sofrida pelas mulheres em decorrência da prostituição era a censura por parte do Estado.

As teóricas apresentadas tiveram grande expressividade dentro do movimento feminista puritano-social, sendo seus estudos até hoje utilizados. Apesar disso, esses entendimentos não foram obsoletos, sofrendo de diversas críticas, principalmente dentro da produção científica feminista. A ruptura com o feminismo puritano-social iniciou-se com uma conferência no Bernard College em 1982, em que diversas feministas se reuniram e publicaram um livro no qual defendem a compreensão de que a liberdade sexual da mulher pode ser empoderadora.

1.2 A SEXUALIDADE COMO FORMA DE EMPODERAMENTO

A mudança de paradigma da sexualidade feminina ocorre devido a mudanças sociais da época, que ao favorecerem a mulher em geral, apoiam indiretamente a autonomia sexual feminina, como o controle de natalidade.

Carole Vance é uma das autoras do feminismo pró-sexo. Para Vance, ao contrário do que pregam as puritanas-sociais, a repressão da própria sexualidade é um resultado do sistema patriarcal e tanto o Estado quanto as ideologias culturais são cúmplices dessa violência que as mulheres sofrem.

A polarização resultante da sexualidade masculina e feminina é um produto provável do sistema predominante de gênero, que é usado para justificar a necessidade das mulheres por um espaço restrito, mas supostamente seguro, e expressão sexual altamente controlada. Os efeitos horríveis da desigualdade de gênero podem incluir não apenas a violência bruta, mas o controle internalizado dos impulsos das mulheres, envenenando o desejo em sua raiz com autoconfiança e ansiedade. (VANCE, 1984, p. 4, tradução nossa)³

Ressalta-se que para Vance a construção social da sexualidade é muito mais complexa, pois é fruto das diversas ressignificações que o conceito de sexo foi recebendo a cada tempo e cultura. Portanto, para além do fator biológico, a sexualidade é verdadeiramente formada pelo conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos.

Por isso, a autora critica o movimento feminista, que baseia-se na compreensão de sexualidade da mulher branca, de classe média-alta, heterossexual e jovem. Afinal, se o sexo é “um produto cultural, todas as representações, descrições e ilustrações daquela sexualidade são também” (VANCE, 1984, p.11)⁴, logo a sexualidade deve ser compreendida a partir das diversas intersecções, como raça, classe, religião e idade.

³ Original: “The resulting polarization of male and female sexuality is a likely product of the prevailing gender system, which is used to justify women’s need for a restricted, but supposedly safe space and highly controlled sexual expression. The horrific effects of gender inequality may include not only brute violence, but the internalized control of women’s impulses, poisoning desire at its very root with self-doubt and anxiety.” (VANCE, 1984, p. 4)

⁴ Original: “If sex is a cultural product, all the representations, descriptions, and depictions of that sexuality are too.” (VANCE, 1984, p.11)

Para Carole Vance, há uma hierarquização das diferentes formas de expressão sexualidade. As “altas ordens” estariam ocupadas pelos casais heterossexuais, casados e com características raciais, etárias e sociais semelhantes, que são socialmente aceitos. Por outro lado, as “baixas ordens” são aquelas formas de expressão que sofrem de estigmas por parte do Estado, da religião, da opinião pública e/ou da medicina. Nesse sentido, alerta que os pronunciamentos das feministas anti-pornografia ressaltam a existência de comportamentos desejáveis e indesejáveis, mantendo as punições àqueles que se encontram nas ordens sexuais mais inferiores.

Como solução, a autora aponta que o feminismo deve lutar contra a opressão, a ignorância e o medo da diferença, de forma que as mulheres possam ser atores sexuais, agentes sexuais e sujeitos sexuais (VANCE, 1984, p. 24). Nesse sentido, é essencial que o movimento feminista “coloque em frente políticas que resistam a privação e apoiem o prazer” (VANCE, 1984, p. 23, tradução nossa)⁵.

Por outro lado, Gayle Rubin, que também participou da conferência em Nova Iorque, trata da sexualidade feminina a partir de uma análise antropológica e psicanalítica. Para ela, as mulheres “não são oprimidas somente por *serem* mulheres, mas por *terem* de ser mulheres”⁶(RUBIN, 1975, p.61, tradução nossa).

Rubin compreende que a sexualidade é produto de uma atividade humana e, como tal, tem sua própria política e modos de opressão.

Tal como acontece com outros aspectos comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em qualquer momento e lugar são produtos da atividade humana. Eles estão imbuídos de conflitos de interesse e manobras políticas, deliberada e incidental. Nesse sentido, o sexo é sempre político. (RUBIN, 1984, p. 267, tradução nossa)⁷

⁵ *Original*: “Feminism must put forward a politics that resists deprivation and supports pleasure” (VANCE, 1984, p. 23)

⁶ *Original*: “Not only oppressed **as** women; we are oppressed by having **to be** women.” (RUBIN, 1975, p.61, grifo da autora)

⁷ *Original*: “As with other aspects of human behavior, the concrete institutional forms of sexuality at any given time and place are products of human activity. They are imbued with conflicts of interest and political maneuvering, both deliberate and incidental. In that sense, sex is always political.”(RUBIN, 1984, p. 267, grifo nosso)

A construção da sexualidade assimila-se então com a de um reino com um sistema hierárquico de valores sexuais. No topo da pirâmide da sexualidade ocidental moderna, encontram-se sozinhos os relacionamentos heterossexuais constituídos por meio do matrimônio e que tem fim reprodutivo. Já na base do sistema, observam-se os transexuais, os transvestidos, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadoras do sexo e aqueles cuja sexualidade seria uma transgressão aos limites atuais (RUBIN, 1984, p. 279).

A hierarquia serve como forma de racionalização do bem-estar dos privilegiados que ocupam o topo e da adversidade dos que se encontram na base da hierarquia. Isso posto, pois os

Indivíduos cujo comportamento é alto nesta hierarquia são recompensados com certificada saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, apoio institucional e benefícios materiais. Conforme comportamentos sexuais ou ocupações caem mais na escala, os indivíduos que os praticam são submetidos a uma presunção de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restringidas, perda de apoio institucional e sanções econômicas. (RUBIN, 1984, p.279)⁸

Àqueles que estão na base da hierarquia sexual é reservado uma série de penalidades. No âmbito econômico, percebe-se uma grande discriminação no mercado de trabalho, que leva a tais pessoas a trabalhos de baixo status e de baixos salários. As famílias, por sua vez, normalmente respondem tentando consertar ou punindo os membros que ofendem a moral sexual.

Para além disso, percebe-se uma série de complicações em diversos nível da vida cotidiana, como dificuldade em conseguir algum abrigo e até acolhimento pelos vizinhos. “Eles têm menos proteção de comportamento inescrupulosos ou criminosos, menos acesso à proteção policial e menos recurso aos tribunais. Lidar com instituições - hospitais, policiais, [...], funcionários públicos – é mais difícil.” (RUBIN, 1984, p. 293, tradução nossa).⁹

⁸ Original: “Individuals whose behavior stands high in this hierarchy are rewarded with certified mental health, respectability, legality, social and physical mobility, institutional support, and material benefits. As sexual behaviors or occupations fall lower on the scale, the individuals who practice them are subjected to a presumption of mental illness, disreputability, criminality, restricted social and physical mobility, loss of institutional support, and economic sanctions.” (RUBIN, 1984, p. 279)

⁹ Original: “they have less protection form unscrupulous or criminal behavior, less access to police protection, and less recourse to the courts. Dealings with institutions and bureaucracies - hospitals, police, coroners, banks, public officials - are more difficult.” (RUBIN, 1984, p. 293)

A autora aponta a mudança que a prostituição passou ao longo dos anos, de um trabalho temporário a uma ocupação permanente, como um resultado da política do século 1900. Por esse motivo, o meretrício, assim como as outras formas de trabalho sexual, se difere das outras castas sexuais da base inferior, visto que é uma ocupação, enquanto as outras categorias são meras preferências sexuais.

No entanto, as prostitutas são estigmatizadas criminalmente com base na atividade sexual da mesma maneira que os homossexuais eram à época da publicação de Rubin. Assim, Rubin percebia a semelhança entre os homossexuais e as trabalhadoras do sexo em termos de organização sexual:

Prostitutas e homossexuais masculinos são a principal presa da polícia do vício em todos os lugares. Como os gays, as prostitutas ocupam territórios urbanos bem demarcados e lutam com a polícia para defender e manter esses territórios. A perseguição legal de ambas as populações é justificada por uma elaborada ideologia que as classifica como perigosas e inferiormente indesejáveis que não tem direito a serem deixadas em paz. (RUBIN, 1984, p. 286-287, tradução nossa)¹⁰

A criminalização de comportamentos como a homossexualidade e a prostituição é causada pelo fenômeno do “pânico moral”. Os pânicos morais são momentos políticos do sexo em que condutas são canalizadas em ação política e daí para a mudança social (RUBIN, 1984, p. 297). Nesse sentido, a criminalização da indústria do sexo é racionalizada a partir do perigo a saúde, a família, às crianças, à mulher, entre outros.

Rubin, então, compreende que a ideologia das feministas anti-pornografia se utiliza do sadomasoquismo para criar um pânico moral que leve a sociedade a aceitar a perspectiva anti-pornografia. Ressalta-se que a corrente anti-pornografia implica “que o sadomasoquismo é a “verdade” subjacente e essencial para a qual toda a pornografia tende. Pornografia é pensado para levar à pornografia sadomasoquista

¹⁰ Original: “Like homosexuals, prostitutes are a criminal sexual population stigmatized on the basis of sexual activity. Prostitutes and male homosexuals are the primary prey of vice police everywhere. Like gay men, prostitutes occupy well demarcated urban territories and battle with police to defend and maintain those territories. The legal persecution of both populations is justified by an elaborate ideology which classifies them as dangerous and inferior undesirables who are not entitled to be left in peace.” (RUBIN, 1984, p. 286-287)

que, por sua vez, supostamente leva ao estupro” (RUBIN, 1984, p. 298, tradução nossa)¹¹.

No entanto, para Rubin, a criação de um pânico moral – ou como chama “caçada às bruxas” – dificilmente levará a nenhuma melhora à condição sexual feminina ou redução da violência contra as mulheres, eis que persegue uma relação de fatos inexistente. Inclusive, a autora critica a retórica anti-pornografia por legitimar a violência contra indivíduos, práticas e comunidades que não estão de fato ligadas com o sentimento de insegurança feminino.

Da mesma forma, minorias eróticas como sadomasoquistas e transexuais têm a mesma probabilidade de exibir atitudes ou comportamentos sexistas do que qualquer outro agrupamento social politicamente aleatório. Mas afirmar que elas são inerentemente anti-feministas é pura fantasia. Boa parte da literatura feminista atual atribui a opressão das mulheres a representações gráficas de sexo, prostituição, educação sexual, sadomasoquismo, homossexualidade masculina e transexualismo. O que aconteceu com a família, religião, educação, práticas de educação infantil, mídia, estado, psiquiatria, discriminação no trabalho e salários desiguais? (RUBIN, 1984, p. 302, tradução nossa)¹²

Dessa forma, os discursos das feministas anti-pornografia são, na visão de Rubin, extremamente conservadores no âmbito da moral sexual, levando a continuação de uma estratificação sexual. Rubin rompe os padrões dos discursos feministas por não entender o feminismo como o campo mais apropriado para discutir a sexualidade (RUBIN, SANTANA, 2012, p. 645). No entanto, a sociedade idealizada por Rubin é aquela na qual a anatomia sexual se torna irrelevante a quem aquela pessoa seja, o que ela faça e com quem ela faça amor.

Beatriz Preciado, por sua vez, se utiliza da teoria de Foucault, para compreender a diferenciação sexual, no que chama de sexopolítica.

¹¹ Original: “A great deal of anti-porn propaganda implies that sadomasochism is the underlying and essential “truth” towards which all pornography tends. Porn is thought to lead to S/M porn which in turn is alleged to lead to rape.” (RUBIN, 1984, p. 298)

¹² Original: “Similarly, erotic minorities such as sadomasochists and transsexuals are as likely to exhibit sexist attitudes or behavior as any other politically random social grouping. But to claim that they are inherently anti-feminist is sheer fantasy. A good deal of current feminist literature attributes the oppression of women to graphic representations of sex, prostitution, sex education, sadomasochism, male homosexuality, and transsexualism. Whatever happened to the family, religion, education, child-rearing practices, the media, the state, psychiatry, job discrimination, and unequal pay?” (RUBIN, 1984, p. 302, grifo nosso)

O sexo (os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais nas disciplinas modernas...) é o correlato do capital. A sexopolítica não pode se restringir à regulação das condições de reprodução da vida, nem aos processos biológicos que “interessam à população”. O corpo hétero (straight) é o produto de uma divisão do trabalho da carne segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Toda sexualidade implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. Deste modo, o pensamento heterocentrado assegura o vínculo estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. Capitalismo sexual e sexo do capitalismo. O sexo do ser vivo se converte em um objeto central da política e da governabilidade. (PRECIADO, 2011, p. 12)

A indústria do sexo nada mais é do que “uma técnica de gestão do espaço público e, mais particularmente, de controle do olhar, da vigilância do corpo excitado ou excitável em um espaço público” (PRECIADO, 2008, p. 44)¹³. A diferenciação provocada pelo mercado do sexo é justamente entre aqueles que podem ter acesso pleno a sua excitação sexual e os que o prazer deve ser controlado e o olhar deve ser protegido.

Portanto, já que é uma tecnologia de produção de saber, a melhor forma de resistir das formas de subjetivação sexopolíticas é a ascensão de uma ressignificação que põe em evidência áreas invisibilizadas. A essa nova política, Preciado chama de pós-pornografia. A pós-pornografia

não será nada, mas o nome das diferentes estratégias de crítica e de intervenção na representação que surgirá da reação das revoluções feministas, homossexuais e queer na frente de esses três regimes pornográficos (o museu, o urbano e o cinematográfico) e diante das modernas técnicas sexopolíticas de controle e produção do corpo de prazer, de divisão de espaços privados e público e acesso à visibilidade que estes implantar. [...] A noção de pós-pornografia indica uma ruptura epistemológica e política: outra maneira de conhecer e produzir prazer através do olhar, mas também uma nova definição de espaço público e novas formas de habitar a cidade. (PRECIADO, 2008, p. 47)¹⁴

¹³ Original: “la pornografía aparece como una técnica de gestión del espacio público y más particularmente de control de la mirada, de vigilancia del cuerpo excitado o excitable en el espacio público.” (PRECIADO, 2008, p. 44)

¹⁴ Original: “La pospornografía no será sino el nombre de las diferentes estrategias de crítica y de intervención en la representación que surgirán de la reacción de las revoluciones feminista, homosexuales y queer frente a estos tres regímenes pornográficos (el museístico, el urbano y el cinematográfico) y frente a las técnicas sexopolíticas modernas de control del cuerpo y de la producción de placer, de división de los espacios privados y públicos y del acceso a la visibilidad que estos despliegan. [...] La noción de pospornografía señala una ruptura epistemológica y política: otro modo de conocer y de producir placer a través de la mirada, pero también una nueva definición del espacio público y nuevos modos de habitar la ciudad.” (PRECIADO, 2008, p. 47)

Ante o exposto, ao contrário das feministas puritanas-sociais, as feministas pró-sexo compreendem que a sexualidade pode ser um mecanismo de empoderamento e a meretriz representa justamente a mulher que explora seus direitos sexuais. Não que seja negado o papel opressor que a indústria do sexo e a sexualidade desempenham, mas para essas autoras é possível se utilizar da própria opressão para se libertar. Além disso, as feministas pró-sexo compreendem que há diversas formas de sofrer a violência ocasionada pelo patriarcalismo no âmbito de uma moral sexual e que essas são percebidas distintamente por cada grupo.

Como Riberio, Barbosa e Costa bem definem, essa corrente feminista reconhece a existência da exploração e submissão feminina dentro do mercado do sexo, mas, ao invés de optarem pela censura, “[...] sustentam a necessidade de regulamentação da pornografia, para que se garantam condições de trabalho favoráveis para mulheres que dela participam, resgatando a capacidade das mulheres de decidir sobre o próprio corpo [...]” (2019, p. 106).

Tendo em vista que o debate feminista acerca da prostituição foi em grande parte realizado pelas feministas radicais, observa-se que não há um aprofundamento acerca das diferentes questões, além da questão de gênero, que levam as mulheres ao exercício do meretrício. Ainda, as teorias feministas sobre a sexualidade feminina e a prostituição foram produzidas em sua maioria nas décadas de 70 e 80, sendo que uma aplicação para a atualidade deve observar as mudanças que houve com o ingresso na chamada pós-modernidade.

Observa-se, assim, que houve uma mudança substancial em relação à compreensão acerca do sexo, seja por parte das mulheres seja por parte dos homens. Inclusive, Giddens aponta que “hoje em dia a ‘sexualidade’ tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados” (GIDDENS, 1992, p. 25). Isso porque, a sexualidade emerge como ponto de conexão entre o sequestro da experiência e a transformação da intimidade (GIDDENS, 1992, p.198), se tornando uma “sexualidade plástica, liberta do papel de meio para reprodução.

Da mesma forma, as discussões feministas se pautaram no contexto norte-americano, sendo que não podem ser sobrepostas a realidade brasileira sem uma análise histórica e sociológica, afinal a prostituição é um produto social e cultural. Resta, assim, uma breve análise histórica e sociológica, tendo em vista a sociedade brasileira, acerca da prostituição.

2 CULTURA E HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

A forma como a prostituição é vivenciada no Brasil advém das características próprias da formação cultural brasileira acerca da sexualidade e do sexo, sendo, portanto, distinta de outros países. Cabe, entretanto, fazer um breve resumo acerca da sexualidade e da prostituição feminina no contexto europeu até a Idade Moderna, haja vista que, como o Brasil sofreu a colonização portuguesa, tais ideais constituíram uma peça importante para a cultura brasileira.

Antes mesmo das grandes civilizações, a prostituição já existia, mas de modo distinto do que atualmente. Isso porque, nas tribos em que a crença baseava-se na fecundidade, o meretrício funcionou como um meio de adoração e comunicação com as divindades. No entanto, por processos de dominações e invasões, nas grandes civilizações, Grécia e Roma, houve uma polarização dentro da prostituição, que se dividiu entre a sagrada, realizada nos templos, e a profana, fora dos templos, feitas por escravas. Observa-se que

Desde a Roma e Grécia antigas até os dias atuais, é possível observar o ato sexual exercendo um papel de dominação, uma vez que aquele que supostamente detém maior poder realiza a penetração, enquanto aquele que se submete a ela, seja mulher ou homem, se sustenta em uma posição de passividade, de fragilidade. Essa estrutura milenar de dominação que sustenta a posição de superioridade de certos homens em relação às mulheres e a outros homens acaba por embasar o preconceito em relação a tudo aquilo que não se adapta ao arquétipo de “homem”. (FRANCISCHETTO, TREVIZANI, 2014, p. 128)

Com o avanço do Cristianismo na Europa, houve uma maior repressão ao culto de divindades, principalmente as femininas, o que levou a uma estigmatização e “caça das prostitutas”.

De agora em diante, as prostitutas seriam especificamente identificadas com a luxúria miserável da carne; a prostituta era encarada como uma espécie de dreno, existindo para eliminar o efluente sexual que impedia os homens de se elevar ao nível de Deus. (ROBERTS, 1998, p.86)

Deve-se destacar inclusive o papel social que o medo do inferno, atribuído a quem cometia pecados, tinha na sociedade medieval, a partir do discurso da Igreja Católica, predominante na Europa a época (MAZIOLI, 2019, p. 23). Inclusive, a

situação da prostituta diante a Igreja estava intrinsecamente ligada a narrativa eclesial do corpo e da sexualidade:

Em um primeiro momento preocupou-se com o caráter social do que se refere ao corpo, ou seja, com o sexo enquanto suporte de relações em que questões como adultério, relação fora do casamento, relação com pessoa interdita pelo sangue, ou o caráter legítimo ou não do ato de conjunção, entretanto houve um determinado momento em que se instaurou um [sic] nova pastoral, esta ocupou-se da problemática da carne isto é, do corpo, segredos da concupiscência, das formas sutis da deleitação e do consentimento. (MAZIOLI, 2019, p.35)

Curiosamente, após a consolidação da fé católica, houve um incentivo à prática da prostituição, pois as prostitutas serviam como um freio ao impulso sexual masculino e, assim, um mal necessário para manter a honra das outras mulheres. Enquanto isso, para a mulher, de modo geral, havia uma restrição do ato sexual para fins normativos, o que levou ao “[...] silenciamento do prazer feminino e [à] restrição também do exercício da sexualidade feminina fora do casamento” (GUIMARÃES, 2007, p. 24-25). Observa-se assim, como o imaginário social sobre a prostituição passa a associar-se com a mulher casada, criando assim uma dicotomia entre essas diferentes vivências.

Somente com a ascensão da burguesia que a prostituição começou a tomar contornos mais similares ao atual, pois essa classe passou a administrar os bordéis e casas de prostituição buscando a geração de lucro. No entanto, isso não impediu que houvesse uma nova “caça das prostitutas” com o advento da moralidade sexual protestante.

Por sua vez, a Revolução Industrial levou a um *boom* da prostituição, tendo em vista as condições precárias de sobrevivências que levou as mulheres “[...] a se prostituir em troca de favores dos patrões e capatazes, ou como uma forma de obter qualquer tipo de renda [...]” (GUIMARÃES, 2007, p. 48). A implementação do modo de produção capitalista se aproveita da pressão moral e impõe o que Kampf (2008, p. 24) vai chamar de Lei da Aliança e a Ordem do Desejo.

O dispositivo da aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege, como por exemplo a monogamia heterossexual; o dispositivo da sexualidade produz uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle; [...]

Enfim, se o dispositivo da aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. (KAMPF, 2008, p. 24)

Em que pese, a Lei da Aliança e a Ordem do Desejo terem predominado durante a época vitoriana, correspondente a meados do século XIX, e, portanto, já durante o Brasil Império, ainda sim foi possível perceber os seus efeitos na sociedade brasileira.

Após esse breve resumo acerca da sexualidade e da prostituição feminina no contexto europeu, será realizado um aprofundamento no contexto social e cultural brasileiro. Nesse sentido, o recorte histórico a ser feito para a aplicação das teorias feministas será então o Brasil, a partir do advento da República até os dias atuais, isso porque a documentação e bibliografia pós-império foram mais acessíveis durante a redação deste trabalho.

Durante esse período, a cultura feminista cresceu e passou por mudanças. Três períodos principais devem ser destacados: do começo da república aos anos 30, da década de 60 e 70 e dos anos 80 até atualmente. Isso posto, pois durante essas épocas, a teoria feminista esteve mais solidificada em torno da sexualidade. Nota-se que as décadas de 40 e 50 são suprimidas dos períodos que tracei. Ocorre que, no decorrer desses anos, o movimento feminista encontrava-se entre transição de paradigmas, transitando entre o feminismo liberal para o marxista. Optou-se então por não citar tal passagem temporal, vez que as teorias vigentes são explicadas pelo período anterior e posterior.

2.1 1889 A 1930: A SACRALIZAÇÃO DA DONA DE CASA

Num primeiro momento, determinado entre o surgimento da República Federativa do Brasil até as três primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira ocupou-se de tentar evitar a “degeneração moral” (MALUF; MOTT, 2006, p. 371), a qual, para as correntes feministas, a mulher foi concebida como solução. Tal degeneração era provocada pela relativização do público e privado, dentre outras coisas,

representado pelo “abandono” pela mulher (branca e de elite) do seu espaço familiar (MALUF; MOTT, 2006, p. 372).

Apesar de não ter sido a única corrente feminista, o feminismo liberal é o de maior adesão na época. Tal teoria, assim como todas as outras correntes vigentes, pautava-se nos mesmos argumentos da “mulher enquanto símbolo de regeneração moral e portadora de um futuro humano mais igualitário” (RAGO, 1995, p. 22).

Para o feminismo liberal brasileiro, assim como o movimento como um todo, almejava-se a ascensão da mulher à esfera pública em condição de igualdade com os homens. Contraditoriamente, porém, este mesmo movimento foi o principal motivador da anulação feminina no espaço privado (RAGO, 1995, p. 26).

Essa característica peculiar das feministas liberais é o que a faz serem menos desprezadas que as anarquistas, pois “a imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa” (MALUF; MOTT, 2006, p. 374).

Ainda hoje, esses ideais estão presentes no imaginário social das trabalhadoras do sexo. O prestígio do casamento faz contrabalançar com a autonomia da atividade de prostituição, como França (2017, p. 149) apresenta,

as prostitutas explicam que deixaram o trabalho do sexo quando se casaram, (re)começaram este trabalho porque se separaram, queriam casar para ter uma boa situação de vida ou continuaram o trabalho do sexo porque seu parceiro ainda não as está sustentando.

Acompanhando o debate sobre o papel da mulher na esfera privada, dois marcos jurídicos facilmente demonstram essa tendência. A legislação de 1890 concedia a chefia do casamento e a completa manutenção, administração e o usufruto de todos os bens ao marido¹⁵. Nela, a submissão da esposa era legitimada pelo discurso da inferioridade física e mental da mulher (MALUF; MOTT, 2006, p. 379).

¹⁵ Exemplos podem ser destacados do Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890, em seu art. 7, §10, art. 94 e o art. 56, que é o explicado.

No Código Civil de 1916, que só foi substituído em 2002, a representação da família também cabia ao marido. Denotou uma evolução ao conceber a manutenção familiar para os dois cônjuges, a partir da concepção da ideia de igualdade da capacidade de homens e mulheres. No entanto, a hierarquia é mantida por conta da diferença de papéis dos consortes. De modo geral, enquanto o papel do marido reside no trabalho, a esposa é a responsável em zelar pela honra e harmonia do casal (MALUF; MOTT, 2006, p. 381).

A sociedade brasileira ainda via-se extremamente influenciada pelo catolicismo português, ainda forte na consolidação do Brasil como uma República. Dessa forma, o sexo somente foi considerado legítimo e decente quando praticado dentro do seio familiar. A relação extraconjugal era um atentado direto à instituição do casamento, um dos grandes pilares da moralidade católica, inclusive sendo tipificado penalmente os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias.

Enquanto para a mulher era inaceitável qualquer contato com obras pornográficas ou serviços sexuais, havia também uma repressão aos homens que usufruíam do mercado sexual. Assim, era disseminado fortemente pelo discurso médico que tal estilo de vida implica no surgimento de doenças e problemas sociais.

Os homens, por sua vez, deveriam evitar o estilo de vida celibatário, quer dizer, o cotidiano de bailes, festas e de namoros efêmeros. Esse tipo de comportamento não representava apenas uma recusa aos ideais do casamento e da família, como provocava também o crescimento de casos de aborto, infanticídio, prostituição e de doenças sexualmente transmissíveis. Nessa perspectiva médica, o corpo sofria inevitavelmente uma enorme debilidade, tornando-se fraco, impotente e “gasto”. (EL FAR, 2007, p. 301)

Além disso, cabe ressaltar que a prostituição não era criminalizada. Já era adotado pelo Brasil uma posição abolicionista que tolera a prostituição, mas pune atividades correlatas como a cafetinagem e a administração de casas de prostituição. Apesar disso, a legislação penal impôs penas distintas para crimes que violavam os direitos de uma mulher baseando-se no status da vítima, se prostituta ou “mulher honesta”.

É possível perceber, que, em que pese não haver proibição, a legislação penal perpetuava a discriminação que as prostitutas já sofriam no contexto social. De fato,

no contexto brasileiro, “uma das dificuldades enfrentada por quem se prostitui [é] o peso do estigma que lhe é imposto pelos discursos sociais hegemônicos” (BANUTH; SANTOS, 2016, p.764). Observa-se ainda que os estigmas não são derivados somente da compreensão social acerca das relações sexuais, mas, como Paterman informa, as prostitutas são comumente encaradas como fonte de sujeira e doenças.

2.2 DÉCADA DE 60 E 70: O FEMINISMO MARXISTA E A REVOLUÇÃO CULTURAL

Já em posse do direito de voto, nos anos sessenta surge uma crítica radical ao modelo de feminilidade anterior. Em um panorama mundial, observa-se a mulher abandonar o lar e passar a ocupar ainda mais as indústrias por conta da falta de mão-de-obra masculina ocasionada pelas guerras. No espectro brasileiro, a industrialização e modernização aceleram-se em vista da ditadura militar, desestabilizando a cultura tradicional.

O conceito de família dos anos anteriores sofre transformação: a mulher deixa de ser concebida como quem tem o dever de auxiliar o crescimento de seu marido. Dessa forma, buscou-se nova forma de expressão da feminilidade baseado na recusa radical da mulher passiva (RAGO, 1995, p. 22).

No que tange ao movimento feminista brasileiro, esse, em busca de um maior poder de ataque, se une com as teorias marxistas. A ditadura militar garantiu mais força a dominação masculina sendo que, para que as mulheres pudessem ter uma voz política, era necessário um maior reconhecimento social e político, que foi gerado estrategicamente com essa união do movimento feminista com o marxista (RAGO, 1995, p. 35).

Observa-se, curiosamente, que apesar da repressão aos meios de comunicação que ocorre na ditadura, uma revolução cultural se instala. Um dos grandes expoentes foi a chamada pornochanchada, que se define como filmes eróticos de produção

barata, de “palavreado chulo em meio das fartas transas” (STERNHEIM, apud LYRA, 2007, p.158).

Derivada dessa revolução, a pornochanchada proporcionou a quebra de certos paradigmas dentro de uma cultura conservadorista e cheia de tabus, bem como permite a discussão sobre a sexualidade, o prazer e o sexo em si, como Vance defende em sua teoria. No entanto, é preciso ressaltar que a pornochanchada não era totalmente desvinculada das tendências culturais e normativas vigentes (GOMES, 2012, p. 176), de forma que, ao mesmo tempo em que quebrava certos padrões, também funcionou como instrumento de manutenção de tendências.

Enquanto a pornochanchada quase não sofria censura do regime ditatorial, as prostitutas eram severamente reprimidas por meio do poder policial. Em São Paulo, houve a chamada política da “Limpeza” ou “Rondão, em que buscou-se a limpeza do centro da cidade da prostituição e da presença de outros grupos vulneráveis. Nesse sentido, Leite destaca em sua obra, mais a frente aprofundada, que

Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, em São Paulo, o delegado Richetti começou a prender e bater nas pessoas, indiscriminadamente. Era um desequilibrado. Mesmo as mulheres que trabalhavam nos prédios, quando saíam, após o trabalho eram presas e levadas à delegacia, onde apanhavam dos policiais sob a ordem e supervisão desse Richetti. A tortura, que sempre tem o componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida. (LEITE, 1992, p. 85)

Já a Igreja Católica, durante a ditadura, se estruturou principalmente por meio das chamadas pastorais, em que atuava não só na transmissão de ideais cristãos, mas também prestava serviço às comunidades. Houve uma pastoral específica, chamada Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), que buscava combater a prostituição, garantindo alternativas de vida às mulheres em tal situação. Nesse sentido, Skackauskas

a organização da Igreja Católica – Pastoral da Mulher Marginalizada – atualiza as noções em questão, tendo como referência formulações abolicionistas feministas sobre a prostituição, como parte, sobretudo, de um processo incessante de produção de si para o “resgate” e a “libertação” das prostitutas (SKACKAUSKAS, 2017, p. 68)

Em que pese a presença da ideologia feminista nas pastorais, em seu começo, a PMM carregava ainda um forte preconceito da prostituição como um pecado individual. Com o passar do tempo, houve uma superação dessa concepção, de forma que, apoiada até por uma visão marxista, a prostituição passou a ser compreendida como advinda da estrutura política e econômica do país (BARRETO, 2016, p. 220). Nesse sentido, Leite aponta que

Mas [a Pastoral] resvala para a visão simplista do marxismo: é obra do capitalismo selvagem, o grande demônio “real”. [...] Então a prostituta tem que ser levada para o caminho do amor e da vida preparando-a para o dia em que o socialismo estiver implantado nesse país. (LEITE, 1992, p. 116)

Portanto, o tratamento da prostituta dentro das Pastorais católicas buscava sempre a “redenção” dessa mulher por meio do seu afastamento do mundo da prostituição, sem cuidar de analisar de fato quais eram as necessidades daquelas mulheres e saná-las.

2.3 DOS ANOS 80 A ATUALMENTE: A CRÍTICA À ESFERA PRIVADA

Na transição do regime ditatorial para o democrático, ampliaram-se os temas de discussão feminista. Agora, para além da esfera pública, o feminismo tratou de visibilizar os assuntos e temas que eram próprios da mulher – como a sexualidade, maternidade e etc (RAGO, 1995, p. 36). Nesse novo modelo de feminismo, a estética, a saúde e o prazer se tornam debates acadêmicos importantes. Ao mesmo tempo, ocorre uma busca de uma teoria feminista que se desvincilhasse das outras correntes teóricas, um campo conceitual próprio (RAGO, 1995, p. 34).

No que tange a prostituição, houve uma discussão sobre o processo de construção social desse fenômeno, destacando-se obras de Rago (1985), de Engel (1989) e de Esteves (1989). Em relação ao Direito, a Constituição Federal de 1988 emerge garantindo diversos direitos sociais como pilares do Estado brasileiro. No entanto, em um plano prático, é patente a falta de legitimidade social da Carta Magna, que “[...] se irradia por todo corpo normativo brasileiro, mesmo porque, toda legislação

infraconstitucional é um reflexo normativo dos direitos e deveres constitucionalmente estabelecidos” (SANTOS, FITTIPALDI, BINDA, 2013, p. 240).

No campo político, houve de certa forma um maior debate sobre a questão da prostituição. Em junho de 1987, no Rio de Janeiro, houve o Encontro Nacional das Prostitutas e a criação da Rede Nacional de Prostitutas, em que houve ampla discussão sobre reforma legal do tratamento da prostituição, os programas de saúde e a dignidade da prostituta. Em apenas nove anos, a Rede já contava com quatorze associações em todo o Brasil (BRASIL, 1996, p. 13).

Cabe ressaltar ainda a primeira associação filiada a Rede que foi a Associação de Moradores e Amigos da Rua Miguel de Frias, onde se situava a Zona do Mangue, em 1988. A associação nasceu para lutar contra a tentativa de desocupação da Vila Mimosa pela TV-Rio.

Em meio a essa luta, Modesto da Silveira nos disse que poderíamos lutar para regularizar a ocupação de todas as casas da zona, através de um comodato. Nesse ponto é importante lembrar: são as prostitutas os habitantes ,aos antigos do bairro do Estácio, que desde o século passado se estruturou, e cresceu, a partir da prostituição. [...] Mas nos disse que, para brigar melhor, precisávamos ter uma Associação. Não é possível registrar no Brasil uma Associação de Prostitutas, devido ao Código Penal de 1940, vigente até hoje. Num artifício legal, optamos por uma Associação de Moradores e Amigos da Rua Miguel de Frias, onde fica a Vila Mimosa (LEITE, 1992, p. 133)

Outra importante criação do movimento de prostitutas foi a criação de um jornal, “Beijo da Rua”, que veicula notícias do movimento e sobre a prostituição no Brasil. Uma grande conquista para todo o movimento foi, em 2002, a inclusão da prostituição na lista de profissões da Classificação Brasileira de Ocupações. Além disso, desde o ano de 2012, o projeto de lei n. 4211 do Deputado Federal Jean Wyllys busca a regulamentação da profissão de prostituta.

Em relação à imagem da prostituta no imaginário social, em primeiro lugar, deve-se levar em consideração a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) nos anos 80. Enquanto historicamente sempre houve uma associação entre a prostituição e a transmissão das doenças sexualmente transmissíveis (DST), como

a sífilis e a gonorreia, o surto da AIDS, talvez por não ter cura, levou a uma extrema estigmatização desse grupo. Destaca-se ainda que

Nesse sentido temos uma população apta a se proteger, mas que encontra grandes dificuldades de operacionalizar essa proteção, seja em função das resistências dos clientes, que chegam a oferecer o dobro ou mais do valor do programa para se livrar da camisinha, seja devido à presença de tantos outros riscos, bem mais visíveis e concretos, que fazem com que a AIDS se torne apenas um perigo a mais no cotidiano desta comunidade. (BRASIL, 1996, p. 20)

Curiosamente, ao mesmo tempo em que há essa estigmatização das prostitutas, o trabalho de prevenção teve de incluir e adequar o seu discurso para os grupos minoritários afetados. Nesse sentido

Parece bobo distribuir camisinha e ensinar a usar, mas na nossa sociedade isso causa uma revolução, porque para funcionar tem que ser na linguagem do grupo com quem você trabalha. Isso envolve o saber, a prática sexual, a cultura específica e todo o resto. E a simples menção disso dá uma existência oficial a grupos que, até então, não tinham. Eram ignorados, estigmatizados, e agora, por causa de uma doença, precisam ser considerados pelos programas oficiais. (LEITE, 1992, p. 148)

Ainda hoje, o sexo ainda se apresenta como um controverso para a sociedade brasileira. Somente no ano de 2017, houveram protestos constantes contra obras artísticas que continham certa “conotação sexual” julgada como imoral, como a exposição do Queermuseu no Santander Cultural e a performance “La bête”, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, ambos no ano de 2017¹⁶. Em contraponto, houve também um aumento na procura de produtos eróticos pela sociedade brasileira, sendo, inclusive, a feira de produtos eróticos, Erotika Fair, realizada em São Paulo, “[...] a maior da América Latina e registrou nos últimos anos uma taxa de crescimento em torno de 15% anual” (D’ABREU, 2013, p. 592).

Já o filme realizado acerca da vida de Bruna Surfistinha, uma garota de programa, teve em torno de 2 milhões de espectadores no cinema e levou diversos prêmios, como Grande Prêmio Brasileiro de Cinema de 2012 e o Prêmio Contigo Cinema (VEJA, 2019, s/p). Por outro lado, no ano de 2019, houve uma polêmica quanto ao

¹⁶ Ambas notícias sobre a discussão das performances pode ser conferidas nestes sites: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/curador-de-mostra-cancelada-no-rs-diz-que-decisao-foi-unilateral-21806070> e <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>

filme quando o presidente, Jair Bolsonaro, se manifestou no sentido de que “não posso admitir que, com dinheiro público, se façam filmes como o da Bruna Surfistinha”¹⁷, em que pese o desempenho nacional e internacional do filme.

É possível depreender um desenvolvimento contraditório da sexualidade, o que Bernstein (2001, p. 322) irá destacar como uma característica da indústria do sexo, na medida em que há uma tensão entre a concepção do sexo como impulso normativo e como romance. Por exemplo, o sexo agora pode se apresentar sem ligações emocionais dentro do imaginário cultural, porém o comportamento erótico despidido dessas amarras também será compreendido como uma dependência patológica.

Retomando em certo ponto a discussão sobre a mudança do paradigma da sexualidade, que passa a ser “plástica” na pós-modernidade, observa-se que a facilidade da troca de informação e da disponibilização de conteúdos pela *internet* criou novas formas de explorar o mercado do sexo, como por exemplo a pornografia *realcore*, em português pornografia amadora, feita pelos usuários dos sites de entretenimento adulto.

Ressalta-se ainda outro trabalho sexual que tem ganhado cada vez mais destaque com o passar dos anos, a atividade de *Web Stripper*, *WebCam Model* ou *CamGirl*. Trata-se de uma modalidade de serviços sexuais na qual a mulher, chamada de modelo, se propõe a atender pedidos dos clientes, online, que podem ser os mais diversos, de conversa até a simulação sexual (BARBOSA, 2017, p. 2).

Nota-se que o *camming* se comporta como uma união entre a pornografia e a prostituição, em que o consumidor do serviço se porta como mais do que um mero espectador, mas não há contato sexual direto com as modelos. Inclusive, ressalta-se a liberdade que as modelos tem em relação a aceitar ou não os pedidos dos clientes bem como de restringir as possibilidades de pedidos.

Essas regras são definidas pela modelo, ou pela plataforma que hospeda sua sala virtual, dizem respeito ao que ela pode e está disposta (ou não) a

¹⁷ A notícia pode ser verificada nesse site: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/nao-posso-admitir-que-facam-filmes-como-o-da-bruna-surfistinha-diz-bolsonaro.shtml>

oferecer. As modelos ou os sites que hospedam suas salas (empresas-plataformas) determinam os pedidos permitidos e proibidos em suas salas, caso a norma seja desobedecida o cliente é desconectado. (BARBOSA, 2017, p. 5)

Não somente o *camming*, mas as novas formas de prestação de serviços sexuais, que vão além da merda prostituição e pornografia, põem em cheque a aplicação das principais críticas realizadas pelas feministas radicais no contexto pós-moderno, em que há um novo paradigma da sexualidade e também das mobilidades.

John Urry (2000, p. 14), em sua análise acerca da pós-modernidade, destaca o papel da tecnologia como criadora de formação da identidade de forma que há uma simbiose entre a relação humana e as mobilidades e objetos. As novas formas de socialização através das mobilidades permitem novas formas de sexualidade e de espaços em que ela é exercida. Dentre as diversas mobilidades que surgiram, talvez a mais emblemática para a desenvolvimento do mercado do sexo foi a internet, como já destacado.

3 A COMPREENSÃO DAS MULHERES QUE EXERCEM A PROSTITUIÇÃO

Tecidas as análises do mecanismo histórico, político e social que circunda o mercado do sexo no Brasil, percebe-se desde já pontos de convergência e divergência com as correntes feministas apresentadas. Além das críticas tecidas no que tange à aplicação de tais teorias, uma vez que são carregadas de um contexto social distinto da realidade brasileira e também da atualidade, deve-se ainda observar que as feministas não se preocuparam em auferir a veracidade de suas teorias a partir das percepções das mulheres que trabalham no mercado do sexo.

Nesse sentido, importa inclusive ressaltar que, atualmente, o debate busca trabalhar a partir das ideias das próprias trabalhadoras do sexo. Assim “longe de considerar as/os trabalhadores do sexo como vilões/ãs ou vítimas, concedem a eles um lugar de seres dotados de capacidade de agência” (PISCITELLI, 2005, p. 15).

Portanto, a proposta do presente trabalho é trazer os comentários já realizados pelas trabalhadoras do sexo para, então, avaliar em que medida há uma aproximação à determinada corrente feminista. Nesse sentido, busca compreender como a própria prostituta avalia o exercício de seus direitos sexuais e sua sexualidade a partir do exercício da sua profissão.

Para isso, utiliza-se de duas biografias escritas por prostitutas, “Eu, mulher da vida” da Gabriela Leite (1992) e “O doce veneno do Escorpião: O diário de uma garota de programa” da Bruna Surfistinha (2005). Antes, no entanto, é prudente contextualizar o cenário enfrentado por cada autora, uma vez que há profunda influência na sua percepção da realidade do exercício da prostituição.

Otília, mais conhecida como Gabriela Silva Leite, nasceu em 22 de abril de 1951, em uma família com boas condições financeiras. Chegou a cursar Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), mas não terminou, pois ficou de “(...) saco cheio: o discurso era uma coisa, o sujeito outra. Só que eles eram todos escravos do discurso” (LEITE, 1992, p. 36). Otília ingressou na prostituição na década de 1970,

sob a alcunha de Gabriela, após ser expulsa de casa por sua mãe, inclusive ressalta que “Entr[ou] na prostituição por rebeldia e desobediência à regra geral das coisas” (LEITE, 1992, p. 18). Inicialmente, praticava a prostituição na Boca do Lixo em São Paulo, transitando por um período na zona boêmia de Belo Horizonte, até, por fim, fixar-se na Vila Mimosa no Rio de Janeiro.

Apesar da politização que sofreu por seus estudos na USP, Gabriela começou a se engajar com as lutas sociais por meio da atuação das Pastorais Católicas. Em que pese ter sido seduzida por um tempo pelo discurso da PMM (LEITE, 1992, p. 94), Gabriela emergiu como uma crítica ao modo que a Igreja Católica concebia as prostitutas de forma a impedir que tais mulheres tivessem local de fala. Nesse sentido,

Num desses encontros da Pastoral, fiz uma pequena rebelião: as freiras não deixavam as poucas prostitutas presentes falarem, e elas não reagiam, aceitavam pacificamente. Sob o peso da culpa, silenciavam. [...]

Uma das coisas que as meninas reclamaram no quarto foi que havia todo aquele discurso de se trabalhar com as prostitutas, mas nos Encontros da Pastoral não podíamos nos aproximar das prostitutas locais, nem beber ou falar palavrão. [...] A estrutura daquelas reuniões e da própria Pastoral não estava sendo favorável às principais interessadas no assunto. Não tinha erro: os intelectuais, através das freiras, dominavam a fala das prostitutas. (LEITE, 1992, p. 114-115)

Em busca de dar voz a essas mulheres, Gabriela organizou o I Encontro Nacional de Prostitutas no Rio de Janeiro, em 1987, que culminou com a criação da Rede Nacional de Prostitutas. Além disso, lutou pela regularização da ocupação da Vila Mimosa e também na campanha de conscientização do vírus da AIDS para grupos de risco. Fundou a organização não governamental “Davida” e a grife de roupas “Daspu”, a qual é voltada para prostitutas.

Em 2013, com 62 anos, Gabriela veio a óbito e, apesar de já não exercer o meretrício, nunca aceitou ser chamada de ex-prostituta, pois acreditava que nunca se deixa de ser prostituta.

Quando me apresentam como ex-prostituta, imediatamente corrijo, dizendo que sou prostituta de coração. As pessoas adoram me chamar de ex-prostituta, chega ser um cacoete social, e eu sempre tenho que corrigir isso. [...] Ex-prostituta não sou e nunca vou ser. Como um arquiteto nunca deixa de ser arquiteto, um médico nunca deixa de ser médico, mesmo

trabalhando em outra atividade sempre vou ser prostituta. O referencial permanece, e o da prostituição é muito amplo. (LEITE, 1992, p. 18-19)

Já Raquel, mais conhecida como Bruna Surfistinha, nasceu em 28 de outubro de 1984 em São Paulo. Assim como Otilia, Raquel adveio de uma família com boas condições financeiras. Raquel tornou-se Bruna Surfistinha após um desentendimento com seus pais que culminou com sua fuga de casa. Apenas com 17 anos, Raquel encontrou

no [seu] corpo, entre as pernas, a chave da liberdade e o [seu] ganha-pão, mesmo que isso significasse mentir [sua] idade e colocar em prática, por cem reais o programa, com quarenta reais de lucro para [ela], o pouco que havia aprendido em seis transas com um namoradinho sério e outro ficante. (SURFISTINHA, 2005, p. 15)

Bruna Surfistinha ganhou grande fama no Brasil por publicar em seu blog detalhes sobre sua vida dentro da prostituição, tendo mais de dez mil visitas mensais no site. Lançou o livro “O doce veneno do escorpião: O diário de uma garota de programa”, obra analisada, que foi *best-seller* no Brasil e deu origem a outros dois livros, ao filme “Bruna Surfistinha” e à série de televisão da FOX1 “#MeChamaDeBruna”.

Ao contrário de Gabriela, Bruna considerava ser possível ser ex-prostituta, inclusive menciona que “fi[cou] fazendo várias contas de coisas que quer[ia] comprar – e de quanto precisava para poder comprar e [se] tornar “ex” de tudo isso [prostituição]” (SURFISTINHA, 2005, p. 118). Hoje em dia, Bruna não mais atua como prostituta, apesar de continuar escrevendo livros e roteiros sobre o que viveu nesse período.

Feitas as considerações acima, observa-se certas convergências e divergências entre as autoras, destacando-se a atuação na militância no caso de Gabriela e a presença da tecnologia no caso de Bruna Surfistinha. Além disso, enquanto Gabriela vivenciou a baixa prostituição, Bruna Surfistinha presenciou a prostituição destinada à classe média/alta. A partir disso, é possível analisar o discurso de ambas em busca da percepção acerca de sua sexualidade no exercício da prostituição, amparada pelas correntes feministas sobre o assunto.

Deve-se notar que “do lado de quem vende o serviço existe uma relação de trabalho e, portanto, de distanciamento de qualquer possibilidade de envolvimento

emocional” (BASSETTI, PEIXOTO, 2015, p. 14). Nesse sentido, ambas as autoras demonstram em seus livros que coexistem dois papéis: o da prostituta (Gabriela e Bruna Surfistinha) e o da mulher com aspirações comuns (Otília e Raquel, respectivamente).

Sou paga para realizar as fantasias dos outros (por mais que eu tenha as minhas, guardo para mim. Como “pessoa jurídica”, tenho minha rotina profissional de fazer as coisas, é um “padrão Bruna de qualidade) [...] A sensação era ótima: voltava a ser apenas uma mulher que gostava de um homem e que sentia algo por ele. [...]. Sei bem separar o sexo de trabalho do sexo com o namorado, com amor, ou paixão, ou seja lá qual for o barato da relação. (SURFISTINHA, 2005, p. 98-99)

Em ambos os livros, Bruna e Gabriela transparecem a existência da “pessoa jurídica”, que é a personalidade em relação ao seu trabalho dotada de uma ética profissional, e a mulher que apenas gosta de um homem, marcando distinções entre o sexo profissional e o romântico. No entanto, Bruna ressalta que “Com todos os relacionamentos que já tive trabalhando, aprendi que só vão me respeitar novamente como mulher no dia que eu parar de fazer programa” (2005, p.106), demonstrando que, enquanto persistir na prostituição, não será concebida perante a sociedade como uma mulher qualquer, mas somente como prostituta.

De fato, remetendo às teorias já apresentadas, “o contrato de prostituição é um contrato feito com uma mulher e, portanto, não pode ser igual ao contrato de trabalho, um contrato entre homens” (PATERMAN, 1993, p. 296). O contrato sexual não é realizado entre a prostituta e um patrão, preocupado com a mercadoria produzida pelo trabalhador, mas sim com um cliente, interessado no corpo e ser da prostituta.

Para além da divisão existente na própria personalidade dessas mulheres, elas ainda enfrentam a dualidade entre a atividade da prostituição e o casamento,

Vivemos uma eterna divisão entre a santa, a mãe dos filhos, e as “outras”, as “da vida” (sem dúvida muito mais divertidas). As santas assumem ser papel mas fantasiam ser prostitutas; e as prostitutas sonham com a pacata situação de dona de casa, rainha do lar dedicada ao marido e aos filhos (LEITE, 1992, p. 15).

Inclusive, como forma de preencher esse desejo, Gabriela aponta que o cafetão acaba por ser chamado de marido na zona, pois o homem cafetão cria a fantasia de cuidado e carinho, suprimindo a fantasia de mulher casada da prostituta (1992, p. 57). Em relação ao almejo à condição de mulher casada, deve-se retomar a discussão de Rubin acerca da hierarquização das formas de expressão da sexualidade, em que o casal heterossexual casado ocupa a mais alta ordem, sendo assim o socialmente mais aceito, enquanto as prostitutas estão entre as mais baixas ordem, enfrentando a estigmatização (RUBIN, 1984, p. 279).

Nesse sentido, principalmente na obra de Gabriela, é possível depreender as diversas adversidades enfrentadas pelas prostitutas, como por exemplo, já citado, a impossibilidade de criar uma associação de prostitutas para defender a regularização do bairro. Além disso, enfrentam em diversos níveis da vida cotidiana a discriminação por conta de sua profissão, como a dificuldade de criar conta em bancos (SURFISTINHA, 2005, p. 45), e ainda de conseguir atendimento médico de boa qualidade.

A discriminação, nesses lugares [postos de saúde e hospitais], é feita pelos atendentes, enfermeiras, pessoas de origem pobre, que curiosamente incorporam o que há de pior na mentalidade da classe média. Tornam-se verdadeiros algozes. Mas há também discriminação dos próprios médicos. (LEITE, 1992, p. 145)

No que tange a questão habitacional, curiosamente, as duas autoras narram situações distintas. Bruna alega que não chegou a sofrer desrespeito de seus vizinhos, apesar de utilizar sua residência como local de trabalho, exceto quando “o gerente pegou no [seu] pé, dizendo que os hóspedes estavam se queixando d[ela] trazer muitos homens para cá” (SURFISTINHA, 2005, p. 96), o que logo cessou depois de ter se tornado famosa. Já Gabriela, por conta de sua vivência em diversas zonas do país, aponta que

Existe uma característica interessante em todas as zonas brasileiras: estão fixadas no bairro histórico da cidade. As casas estão caindo aos pedaços, e essa falta de manutenção do viver clandestino que é introjetado assim: as prostitutas só podem viver na coisa ruim, então cuidam mal do lugar onde trabalham. Além disso, há motivos socioeconômicos e sociais bem concretos: a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas. E a zona não pode ficar em lugares de grande circulação de “pessoas” de bem. (LEITE, 1992, p. 126)

Nesse sentido, deve-se lembrar que, conforme Paterman (1993, p. 294), há uma associação no imaginário patriarcal das prostitutas como fonte de sujeira e doenças, pela atuação do contrato sexual.

Aproximando mais da corrente pró-sexo, principalmente de Rubin que considera que o feminismo não é o campo mais apropriado para discutir a sexualidade, Gabriela critica a ideia de que a prostituta introjeta a exploração da mulher ao homem, pois ao seu ver há uma complexidade muito maior na questão (LEITE, 1992, p. 87). Em que pese a exposição e submissão da prostituta em relação ao seu cliente, para a autora a maior violência sofrida é a institucional.

A violência está sempre associada à prostituição, numa visão pouco realista, mais para sensacionalista. Claro que a prostituição, sendo o submundo das fantasias sexuais da sociedade, traz e vive o componente da violência. Como gueto marginal, a zona acolhe os marcados pela sociedade, por um lado, mas também pode ser o canal de liberação das fortes repressões moralistas, que, em última instância, extravasam seus recalques de maneira grave. A violência que existe serve de justificativa para se instalar outra violência perpétua: a institucional. Porque na mentalidade comum a violência policial ou a discriminação ocorrem por motivos justos, mas não conhecidos. (LEITE, 1992, p. 79)

Assim, a solução da censura apontada pela corrente puritana-social acabaria por gerar ainda mais violência contra as mulheres prostitutas, na medida em que institucionalizaria ainda mais a discriminação e estigmatização vivida por esse grupo, como, por exemplo, na época de ditadura militar no Brasil. A fala de Gabriela se aproxima da teórica Rubin, que ao tratar da criminalização das prostitutas e homossexuais nos Estados Unidos aponta que tal perseguição legal justificou-se por uma ideologia que essas populações seriam perigosas e inferiormente indesejáveis (RUBIN, 1984, p. 286-287).

De uma forma mais prática que as feministas pró-sexo, Gabriela acredita na regularização como forma de garantir condições de trabalho melhores para as prostitutas. Nesse sentido, enuncia em seu livro “Minha luta é para a gente ter liberdade de escolher e de seguir esta profissão. E estando na prostituição, que possamos perceber a possibilidade de estar sem nos tornarmos escravas” (LEITE, 1992, p. 170).

Nesse sentido, Gabriela, por exemplo, defende a necessidade de descriminalização da cafetinagem, uma vez que “na clandestinidade se pode tudo, mas havendo algumas normas para assegurar direitos, o patrão e o empregado têm que se entender” (LEITE, 1992, p. 75). Em uma crítica aos debates feministas, Gabriela defende as vitrines do bairro da Luz Vermelha de Amsterdã, que foi apontada como o máximo da degradação das prostitutas, pois passaram a ser exibidas como se objetos fossem. Ao seu ver, a vitrine era bem melhor do que as condições anteriores, pois protegiam as prostitutas do frio das ruas (LEITE, 1992, p. 137).

O que acaba com uma prostituta, o que tira sua dignidade e sua saúde, não é transar, não é fazer sexo profissionalmente. O que acaba com ela é a falta de condições de trabalho: não tem água para se lavar, o quarto não tem condições de higiene [...]. Não há regra para nada, nenhuma legislação que a ampare.

Aposentadoria, nem pensar. A gente cansa de ver prostitutas que, depois de trabalharem a vida inteira, acabam como mendigas, na rua, porque a “vida útil” delas terminou. Mas quando se fala em “aposentadoria” para prostitutas sempre pinta um risinho cínico do preconceito de que trabalhar na prostituição é só “uma vida entregue aos prazeres”. (LEITE, 1992, p. 171)

Em relação às condições de trabalho na casa de prostituição, Bruna também denuncia em seu livro a falta de condição sanitária que vivenciou

[...] Só que (segredo) não é uma roupa de cama para cada cliente. Tem vezes que é a mesma o dia todo, onde vários homens já se deitaram. Dé uma esticadinha e pronto. Eu vivia pedindo à gerência para trocar. Como não tinham tanto lençóis assim, e não dava para gastar tanto com lavanderia, a gerente ficava brava e dizia não. (SURFISTINHA, 2005, p. 45)

Além disso, Bruna também se aproxima da corrente pró-sexo ao alegar que a prostituição a fez se sentir desejada “coisa que nunca [foi]” (SURFISTINHA, 2005, p. 112), conotando a possibilidade do mercado do sexo ressignificar os padrões e empoderar as mulheres. No entanto, Bruna relata diversas vezes que é “um trabalho cansativo, física e psicologicamente” (2005, p. 118).

Dentro da vivência da maioria das prostitutas, que necessita do dinheiro para sobrevivência, Bruna também demonstra a degradação que ocorre com a mulher no exercício da prostituição, já que não há capacidade de escolher. Nessa situação financeira, a prostituta somente pode “Ser escolhida e não escolher. Não é à toa que

tanta garota de programa cheira cocaína e puxa muita maconha. Senti isso na pele” (2005, p. 25). Resgata-se aqui a discussão da corrente puritana-social, em que as trabalhadoras do sexo não seriam capazes de dar verdadeiramente seu consentimento nas práticas sexuais e por isso o mercado do sexo seria uma violência sexual. Ainda, também ressalta-se a objetificação da mulher dentro da prostituição, cuja definição é feita pelo uso que o cliente quiser, conforme destacou Dworkin em sua teoria (DWORKIN, 1974, p. 60).

As incongruências dos discursos de Gabriela e de Bruna quando sobrepostos se justificam na medida em que são frutos das vivências da cada uma das autoras no exercício da prostituição. Além disso, observa-se que não é possível encaixar perfeitamente as autoras em nenhuma das correntes feministas acerca da sexualidade, em que pese por vezes aproximarem mais de uma teoria, inclusive porque ambas em seus respectivos livros rejeitam o feminismo, por compreenderem que esse não abarca as complexidades dos seus cotidianos.

Entretanto, ambas demonstram terem encontrado na prostituição um local de transgressão e de possibilidade de manifestação verdadeira da sexualidade sem as amarras sociais. Nesse sentido “A prostituição representa o reverso da medalha de todas as questões sexuais da sociedade. Questões que nunca são discutidas como ‘sexo é igual a amor’” (LEITE, 1992, p. 15), ou ainda

Na putaria, a gente entra em contato com um lado mais verdadeiro e menos hipócrita das pessoas. Elas não escondem seus desejos mais secretos, liberam fetiches que não confessariam a ninguém, nem sob tortura. Com uma garota de programa, ninguém precisa fazer jogo de cena. (SURFISTINHA, 2005, p. 76)

Portanto, para Bruna e Gabriela, a prostituição possibilita o defloramento da sexualidade nos mais diversos sentidos, fantasias e orientações. Por óbvio, não se pode supor que sejam mais livres em relação aos seus direitos sexuais do que as mulheres que não praticam a prostituição, no entanto, é perceptível em seus discursos que entendem que o mercado do sexo permite a exploração da sexualidade, na medida em que se desvencilha da normatização imposta à maioria das relações sociais.

Em que pese a qual seria a postura a ser adotada diante da prostituição, seja a censura ou a criação de uma pós-pornografia, ainda há muito a se desenvolver no contexto brasileiro, tendo em vista a cultura extremamente patriarcalista. No entanto, é necessário a mobilização pela luta dos direitos de todas as mulheres que são submetidas a indústria do sexo, para além da prostituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a prostituição é concebida muda conforme o espaço-tempo adotado, visto que é fruto da cultura. As profissionais do sexo atualmente materializam os estigmas sociais, políticos, históricos e ideológicos brasileiros formados por anos de luta entre a sociedade e o movimento feminista. A prostituição e o desenvolvimento da sexualidade estão intrinsecamente ligados.

Na discussão dessa ligação, os debates feministas nos Estados Unidos lançam duas teorias principais sobre a forma de dominação patriarcal da sexualidade por meio da prostituição. Uma primeira corrente, mais protecionista, irá condenar a sexualidade feminina como o que gera o reconhecimento do direito patriarcal e, portanto, a prostituição é apenas uma das reiteraões do patriarcalismo. Enquanto para essas o sexo não era libertador, para o outro grupo de teóricas a sexualidade era um possível gatilho de empoderamento. Por esse viés, a meretriz é a representação de uma mulher que explora seu próprio desejo, alcançando a plenitude dos seus direitos sexuais.

O problema dessas perspectivas é que estão vinculadas com a cultura americana, e não com a brasileira. A prostituição, como produto cultural, deve então ser analisada pela própria trajetória do movimento feminista e também da posição da sociedade e Estado perante a sexualidade e meretrício.

Dentre o advento da República e os anos 30, a sociedade brasileira observou a sacralização da dona de casa. Neste momento, o movimento feminista fundiu-se a opinião pública de anulação da mulher no espaço privado. As leis, revistas, filmes produzidos, todos apontavam a dona de casa como nula perante o marido. O sexo era somente legítimo se praticado no seio familiar. Já nos meados entre as décadas de 60 e 70, a revolução cultural se instala com destaque ao expoente da pornochanchada. A mulher passa a ocupar a esfera pública, por meio do direito ao voto. Já o feminismo uniu-se às teorias marxistas na busca tanto de mais visibilidade quanto para escapar da repressão da ditadura. O sexo, por sua vez, tornou-se meio de protesto juvenil contra o endurecimento do sistema.

Finalmente, a partir de 1980 a atualmente, o feminismo no Brasil passou a tratar de temas que são próprios da mulher, questionando-os. A prostituição passa a ser debatida como passível de regulamentação trabalhista. O sexo, no entanto, às vezes é considerado tema tabu, como observamos pelos protestos contra obras artísticas.

Ante o exposto no presente texto, percebe-se o alto grau de complexidade que envolve a questão da prostituição na realidade brasileira, sobretudo quando observadas as teorias feministas americanas. Nesse sentido, longe de se tentar aplicar tais teorias à realidade brasileira, a proposta foi chamar atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar um produto cultural, tal qual a prostituição.

As teorias anti-pornografias, ao serem aplicadas para a sociedade brasileira, falhariam em considerar a influência do pornochanchada e da própria característica da sexualidade “inerente” a mulher brasileira. Nesse mesmo sentido, as teorias feministas pró-sexo também encontrariam dificuldades de serem aplicadas porque se desconsideraria a forte cultura religiosa e o fato do Brasil ser ainda em grande parte rural.

Dessa forma, foi utilizada a perspectiva das próprias prostitutas sobre o exercício da sua sexualidade dentro da prostituição, por meio da análise do conteúdo dos livros “Eu, mulher da Vida” de Gabriela Leite (1992) e “O doce veneno do Escorpião: O diário de uma garota de programa” de Bruna Surfistinha (2005). Ao analisar o conteúdo desses textos foi possível aproximar diversos trechos das teorias feministas apresentadas, sem, no entanto, poder se encaixar as autoras em uma corrente específica.

Detectou-se ainda diversas incongruências entre os discursos de Gabriela e de Bruna quando sobrepostos, uma vez que os mesmos são frutos das diferentes vivências no exercício da prostituição e também do contexto próprio de cada uma das autoras. No entanto, ambas demonstraram ter encontrado na prostituição um local de transgressão e de possibilidade de defloração da sexualidade nos mais diversos sentidos, fantasias e orientações.

REFERÊNCIAS

BANUTH, R.F.; SANTOS, M. A. Vivências de discriminação e resistência de uma prostituta negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 36, n. 3, jul./set. 2016.

BARBOSA, Roseli Bregantin. Camgirl e a Uberização do Trabalho Sexual na Internet no Brasil. In: XXXI Congresso ALAS – Uruguai 2017, 2017, Montevideu. **Anais...** Montevideu: 2019, s/p. 19p. Disponível em: <http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/1958_roseli_bregantin_barbosa.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BARRETO, Leticia Cardoso. Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989): ditadura, feminismo, violência e religião. In: RENA, L.C.C.B.; et. al (org.). **A política no cotidiano: contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2016. p. 198-228.

BASSETTI, Telma Bittencourt; PEIXOTO, Roberta. O consume do sexo em Copacabana/RJ e a conformação de suas territorialidades: embates e resistências. **Revista Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v.16, n. 2, p. 9-28, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/659/259>>. Acesso em: 19 out. 2019.

BERNSTEIN, Elizabeth. The Meaning of Purchase: Desire, Demand and Commerce of Sex. **Ethnography**, vol. 2(3), 2001, pp.389-420. Tradução: Fernanda Leão.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Manual do Multiplicador - Profissional do Sexo. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. 37 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd10_11.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/13.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2019.

DWORKIN, Andrea. **Women Hating**. New York: A Plume Book, 1974. 218 p.

EL FAR, Alessandra. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. In:

Cadernos Pagu, n. 28, jan-jun, 2007, pp. 285-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/13.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do Sexo e Vulnerabilidade (Sex professionals and vulnerability). **Bis - Boletim do Instituto de Saúde**. v. 12. n. 2. 2010. 196-201.

FRANÇA, Marina. A vida pessoal de trabalhadoras do sexo: dilemas de mulheres de classes populares. **Sex., Salud Soc.** Rio de Janeiro, n. 25, p. 134-155, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000100134&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 04, nov. 2017.

FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti; TREVIZANI, Karoline. A violação ao princípio da afetividade em função da orientação sexual da criança e do adolescente. **Revista Direito e Liberdade**. ESMARN, v. 16, n.3, p. 123-147, set/dez. 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/79128912.pdf>>. Acesso em: 19 out, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

GOMES, Romulo Gabriel de Barros. PORNOCHANCHADAS: Discursos misoginos na ditadura civil-militar brasileira. In: **Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “FACES DA CULTURA NA HISTÓRIA: 100 ANOS DE LUIZ GONZAGA”**. Flavio José Gomes Cabral (Org.). Recife, 12 a 14 de novembro de 2012. p. 173-178. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiquodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/6Col-p.173-178.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

GUIMARÃES, R. M. **Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas**. 2007. 297f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: Universidade De São Paulo. Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/31_05_2010__20_24_51__43.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

KÄMPF, Rachel. **Para uma estética na pornografia**. 2008. 77 f.; Dissertação (Mestrado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/4614/93879_Raquel.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2019.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro? Rosa dos Tempos, 1992.

LYRA, Bernadette. A emergência de gêneros no cinema brasileiro: do primeiro cinema às chanchadas e pornochanchadas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./ jul. 2007.

MACKINNON, Catharine A. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma agenda para teoria. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro. v. 7, n. 15, 2016, p. 798-837.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Nicolau Sevckenko (org.). **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PATERMAN, Carole. O que há de errado com a prostituição?. In:_____. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Tradução de Marta Avancini.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, p. 7-23, Dec. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26520.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PRECIADO, Beatriz. Museo, basura urbana y pornografía. **Zehar**, n. 64, p. 38-67, 2008. Disponível em: <http://www.cpp.panoramafestival.com/wp-content/uploads/2011/08/BP_Museo_Basura_Urbana_y_Pornografia_Zehar-n-64.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996. p. 11 – 43.

RIBEIRO, Raísa D. da S.; BARBOSA, Renata da S. A.; COSTA, Rodrigo de S. A tutela da pornografia pela Corte Europeia de Direitos Humanos: Uma análise do aspecto da proteção da mulher em situação de violência de gênero. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 20, n. 1, p. 95-124, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1035/pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Tradução Whores in History. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1998. 459 p.

RUBIM, L. S.; SANTANA, L. M. Feminismo e pornografia: distanciamentos e aproximações possíveis. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. Brasil, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/349>>. Data de acesso: 18 Out. 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: Vance. C. (ed.). **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston: Routledge, 1984. p. 267-319.

SANTOS, André Filipe, P.R. dos; FITTIPALDI, Paula F.; BINDA, Rosana Júlia. O problema da legitimidade social do Direito e da justiça numa sociedade desigual: considerações sociológicas a partir da realidade brasileira. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 235-249, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/351>>. Acesso em: 19 out. 2019.

SKACKAUSKAS, Andreia. O benevolente e a “vítima” na prostituição: Poder e violência simbólica em interações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada. **Sex., Salud Soc.** Rio de Janeiro, n. 27, p. 66-96, Dec. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n27/1984-6487-sess-27-66.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião**: O diário de uma garota de programa. 1 ed. São Paulo: Panda Books, 2005.

URRY, John. **Sociology beyond societies: Mobilities for the twenty-first century**. London: Routledge, 2000.

VEJA. ‘Bruna Surfistinha’ gerou empregos, impostos e atraiu milhões, diz director. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/bruna-surfistinha-gerou-empregos-impostos-e-atraiu-milhoes-diz-diretor/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

VANCE, Carole. Pleasure and Danger: Towards a politics for sexuality. In: Vance, C. (Ed.). **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston: Routledge, 1984. p. 1-25.